

PROGEN S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

PROGEN S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Progen S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Progen S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Progen S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23 às demonstrações contábeis, que menciona que a Companhia possui transações substanciais envolvendo empresas relacionadas. Neste contexto, o resultado do exercício poderia vir a ser diferente caso estas transações fossem realizadas com empresas não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.

# PROGEN S.A.

## Balanços patrimoniais individuais e consolidados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora					Consolidado					
	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	10	109.374.774	138.841.509	110.891.310	140.241.178						
Contas a receber de clientes	11	485.894.244	436.382.930	663.470.283	439.084.782						
Tributos a recuperar	13	50.715.483	22.688.466	53.168.548	23.386.607						
Adiantamentos	12	266.992.061	21.941.881	270.278.524	24.895.447						
Despesas antecipadas		4.829.317	3.378.623	4.829.317	3.378.623						
		<u>917.805.879</u>	<u>623.233.409</u>	<u>1.102.637.982</u>	<u>630.986.637</u>						
Não circulante											
Contas a receber de clientes	11	23.882.201	57.283.817	27.409.518	57.283.817						
Partes relacionadas	23	385.357.555	235.736.031	381.154.800	231.706.145						
Bloqueios e depósitos judiciais	22	4.259.448	4.281.589	4.259.484	4.281.623						
Imposto diferido	14	22.216.775	5.643.526	29.642.040	5.704.036						
Despesas antecipadas		6.850.976	2.301.203	6.850.976	2.301.203						
Investimentos	15	67.880.000	4.870.531	532.352	2.207.526						
Imobilizado	16	41.677.525	33.150.361	42.674.739	33.155.431						
Intangível	17	1.437.165	793.646	1.437.165	793.646						
Direito de Uso	18	7.748.162	3.159.674	11.390.755	3.159.674						
		<u>561.309.807</u>	<u>347.220.378</u>	<u>505.351.829</u>	<u>340.593.101</u>						
Total do ativo		<u>1.479.115.686</u>	<u>970.453.787</u>	<u>1.607.989.811</u>	<u>971.579.738</u>						
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante											
Fornecedores							31.314.997	30.539.571	43.867.288	30.600.932	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19						285.002.628	138.149.550	335.613.831	138.149.550	
Arrendamentos	20						2.034.415	411.586	3.771.939	411.586	
Instrumentos Financeiros							117.248	-	117.248	-	
Obrigações trabalhistas e tributárias	21						132.897.765	123.419.223	162.526.802	124.908.175	
Provisão de férias e encargos sociais	21						63.964.433	68.789.861	75.416.041	69.212.774	
Adiantamentos	12						52.743.871	52.427.978	66.582.983	52.712.890	
Dividendos e JCP a pagar	24						39.471.256	28.735.027	39.471.256	28.735.027	
Outras contas a pagar							2.051.468	3.172.272	3.100.563	4.191.624	
							<u>609.598.081</u>	<u>445.645.068</u>	<u>730.467.951</u>	<u>448.922.558</u>	
Não circulante											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19						445.014.630	214.339.680	445.014.630	214.339.680	
Arrendamentos	20						4.662.843	3.062.443	6.418.496	3.062.443	
Obrigações trabalhistas e tributárias	21						83.727.636	78.616.043	104.524.357	78.638.394	
Partes relacionadas	23						12.377.001	59.782	-	-	
Provisão para perda de investimento	15						2.172.373	2.114.020	-	-	
Provisão para demandas judiciais	22						32.129.887	9.670.368	32.129.887	9.670.368	
							<u>580.084.370</u>	<u>307.862.336</u>	<u>588.087.370</u>	<u>305.710.885</u>	
Patrimônio líquido											
Capital social	24						57.680.612	57.680.612	57.680.612	57.680.612	
Reserva legal							11.536.122	10.555.893	11.536.122	10.555.893	
Reserva de lucros							218.704.782	147.198.159	218.704.782	147.198.159	
Ajustes acumulados de conversão							1.511.719	1.511.719	1.511.719	1.511.719	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores							<u>289.433.235</u>	<u>216.946.383</u>	<u>289.433.235</u>	<u>216.946.383</u>	
Participação dos acionistas não controladores							-	-	1.255	(88)	
							<u>289.433.235</u>	<u>216.946.383</u>	<u>289.434.490</u>	<u>216.946.295</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido							<u>1.479.115.686</u>	<u>970.453.787</u>	<u>1.607.989.811</u>	<u>971.579.738</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# PROGEN S.A.

## Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	25	1.259.487.961	1.304.695.398	1.537.843.288	1.315.844.657
Custo dos serviços prestados	26	(1.093.215.051)	(1.067.774.149)	(1.287.020.075)	(1.076.640.697)
Lucro bruto		166.272.910	236.921.249	250.823.213	239.203.960
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	26	(87.083.570)	(69.534.919)	(97.573.097)	(69.685.746)
Equivalência patrimonial	15	58.477.546	1.168.188	(916.936)	(398.443)
Outras receitas (despesas) operacionais		27.868.659	17.560.314	27.927.722	17.579.098
		(737.365)	(50.806.417)	(70.562.311)	(52.505.091)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	33.726.839	23.225.443	33.831.769	23.243.329
Despesas financeiras	27	(96.624.828)	(85.403.988)	(97.785.747)	(85.486.113)
		(62.897.989)	(62.178.546)	(63.953.977)	(62.242.785)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		102.637.556	123.936.287	116.306.925	124.456.086
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	(45.542.974)	(235.822)	(46.076.796)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(6.315.162)	2.529.529	(19.747.366)	2.564.519
Lucro líquido do exercício		96.322.394	80.922.842	96.323.737	80.943.808
Acionistas controladores		96.322.394	80.922.842	96.322.394	80.922.842
Acionistas não controladores		-	-	1.343	20.966
Lucro líquido do exercício		96.322.394	80.922.842	96.323.737	80.943.808
Lucro por ação		166,99	140,29	166,99	140,29

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# PROGEN S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	96.322.394	80.922.842	96.323.737	80.943.808
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	96.322.394	80.922.842	96.323.737	80.943.808
Total do resultado abrangente atribuível a				
Acionistas da Companhia	96.322.394	80.922.842	96.322.394	80.922.842
Não controladores	-	-	1.343	20.966
	96.322.394	80.922.842	96.323.737	80.943.808

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# PROGEN S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros				Ajuste acumulado de conversão	Lucros Acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para investimentos e capital de giro					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>57.680.612</u>	<u>6.509.751</u>	<u>16.995.852</u>	<u>72.544.782</u>	<u>1.511.719</u>	-	<u>155.242.716</u>	<u>(20.939)</u>	<u>155.221.777</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	80.922.842	-	20.851	20.851
Reserva Legal	-	4.046.142	-	-	-	(4.046.142)	4.046.142	-	4.046.142
Reserva Estatutária	-	-	11.531.505	-	-	(11.531.505)	11.531.505	-	11.531.505
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	65.345.195	-	(24.181.915)	65.345.195	-	65.345.195
Distribuição de dividendos	-	-	-	(19.219.175)	-	(19.219.175)	(19.219.175)	-	(19.219.175)
Juros s/ capital próprio deliberados	-	-	-	-	-	(21.944.105)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>57.680.612</u>	<u>10.555.893</u>	<u>28.527.358</u>	<u>118.670.801</u>	<u>1.511.719</u>	-	<u>216.946.383</u>	<u>(88)</u>	<u>216.946.295</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	96.322.394	-	1.343	1.343
Reserva Legal	-	980.229	-	-	-	(980.229)	980.229	-	980.229
Reserva Estatutária	-	-	14.301.325	-	-	(14.301.325)	14.301.325	-	14.301.325
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	57.205.298	-	(57.205.298)	57.205.298	-	57.205.298
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(23.835.542)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>57.680.612</u>	<u>11.536.122</u>	<u>42.828.683</u>	<u>175.876.099</u>	<u>1.511.719</u>	-	<u>289.433.235</u>	<u>1.255</u>	<u>289.434.490</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# PROGEN S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		96.322.394	80.922.842	96.322.394	80.922.842
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes					
Depreciação e amortização	16 e 17	10.554.038	8.760.565	10.578.989	8.766.801
Amortização de arrendamentos	18	2.075.937	1.470.921	2.562.765	1.470.921
Resultado de equivalência	15	(58.483.487)	(1.168.399)	916.936	398.443
Provisão para gratificações		3.036.096	2.316.480	3.036.096	2.316.480
Outros resultados com investimento e não controladores		-	-	-	(210)
Provisão imposto diferido - IRPJ e CSLL		(16.573.249)	(332.955)	(23.938.004)	(367.945)
Juros, variações monetárias e cambiais		(7.254.292)	170.616	(7.261.564)	170.616
Dividendos a pagar	24	-	19.219.175	-	19.219.175
Juros sobre empréstimos	19	80.819.629	41.772.482	81.688.087	41.772.482
Custas sobre empréstimos		(3.820.918)	-	(3.820.918)	-
Juros sobre arrendamentos	20	-	235.925	-	235.925
Juros provisionados	23	(20.458.544)	(14.521.683)	(20.458.544)	(14.521.683)
Crédito tributário - contribuições previdenciárias INSS		(19.133.326)	-	(19.133.326)	-
Descaracterização e remensuração arrendamento - IFRS 16	20	(1.635.035)	(221.942)	(1.775.355)	(221.942)
Passivo de arrendamento- Adoção IFRS 16	20	-	2.592.635	-	2.592.635
Baixa de ativo imobilizado e intangível	16 e 17	96.694	2.666.541	96.694	2.666.542
Ganho/perda na venda de imobilizado	16	102.111	(28.545)	102.111	(28.545)
Provisão de contencioso	22	22.459.519	6.217.294	22.459.519	6.217.294
Decréscimo/acrécimo nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes	11	(16.109.698)	(135.995.581)	(194.511.202)	(137.483.973)
Tributos a recuperar	13	(28.027.017)	(671.994)	(29.781.941)	(941.327)
Adiantamentos	12	(245.050.180)	15.971.567	(245.383.078)	14.784.240
Despesas antecipadas		(6.000.467)	(2.092.347)	(6.000.467)	(2.092.347)
Bloqueios e depósitos judiciais	22	22.141	(998.123)	22.139	(998.121)
Decréscimo/acrécimo nos passivos operacionais					
Fornecedores		366.011	8.082.276	12.856.943	8.004.722
Obrigações trabalhistas e tributárias	21	33.844.303	19.837.493	93.872.435	21.280.507
Imposto de renda e contribuição social pagos	21	(318.659)	(13.233.110)	(396.369)	(13.524.682)
Outras contas a pagar		(1.120.804)	(907.049)	(1.091.062)	(908.111)
Adiantamentos	12	315.893	39.220.919	13.870.093	39.505.831
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(173.970.911)	79.286.003	(215.166.629)	79.236.571
Das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(19.929.526)	(16.491.292)	(20.946.623)	(16.491.295)
Direito de uso - IFRS 16	18	(7.853.605)	(2.496.378)	(11.908.355)	(2.496.378)
Adições, pagamentos e incorporações dos investimentos	15	(5.225.870)	-	-	-
Recebimento de dividendos das investidas	15	758.240	665.597	758.240	665.597
Recebimento da venda de ativo imobilizado	16	6.000	480.000	6.000	480.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(32.244.761)	(17.842.073)	(32.090.738)	(17.842.076)
Das atividades de financiamento com terceiros					
Captações de empréstimos, financiamentos, debêntures e FIDC	19	867.826.381	233.179.342	953.175.456	233.179.342
Instrumentos derivativos		117.248	-	117.248	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e FIDC	19	(494.769.876)	(153.809.562)	(530.376.205)	(153.809.562)
Pagamentos de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(72.527.188)	(42.069.512)	(72.527.188)	(42.069.512)
Passivo de arrendamento - IFRS 16	20	8.688.107	-	12.890.625	-
Pagamentos de arrendamentos	20	(1.806.161)	(1.529.709)	(2.293.056)	(1.529.709)
Pagamentos de juros s/ arrendamentos	20	(834.502)	(235.925)	(991.300)	(235.925)
Partes relacionadas	23	-	(99.372.779)	-	(94.030.651)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com terceiros		306.694.009	(63.838.144)	359.995.580	(58.496.016)
Das atividades de financiamento com acionistas / intercompany					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	24	(13.099.311)	(31.450.133)	(13.099.313)	(31.450.133)
Partes relacionadas	23	(116.845.761)	-	(128.990.111)	(4.508.108)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento com acionistas		(129.945.072)	(31.450.133)	(142.089.424)	(35.958.241)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.343	20.851
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa		(29.466.735)	(33.844.348)	(29.349.868)	(33.038.911)
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	138.841.509	172.685.857	140.241.178	173.280.089
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	109.374.774	138.841.509	110.891.310	140.241.178
Acrécimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa		(29.466.735)	(33.844.348)	(29.349.868)	(33.038.911)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## 1. Contexto operacional

A Progen S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de Capital Fechado. As principais atividades da Companhia são: prestação de serviços de engenharia consultiva e de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura e, incluindo, mas não se limitando a todas as atividades técnicas das áreas de processos, mecânica, civil, arquitetura e urbanismo, elétrica e instrumentação. Também atua em serviços de obras, serviços comerciais, de energia, manutenção de alta, média e baixa tensão, em subestações, linhas de transmissão e atendimentos de emergência.

A Progen, pode ainda, participar de outras sociedades e empreendimentos como sócia, acionista ou membro de consórcio.

A Companhia tem sua sede social localizada em São Paulo - SP, Largo do Arouche e filiais em quinze cidades do Brasil.

### 1.1. Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião da Diretoria realizada em 31 de março de 2025.

## 2. Demonstrações contábeis consolidadas

### 2.1. Empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as companhias consolidadas.

Essas demonstrações contábeis apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

1. Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.: prestação de serviços de projeto, consultoria, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia de infraestrutura aeronáutica, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, estudos de viabilidade técnica, econômica e comercial em projetos de terminais aeroportuários de passageiros e de transporte, e gerenciamento da implantação dos projetos de terminais aeroportuários de passageiros e terminais de transporte;
2. Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V.: prestação de serviços técnicos e de gestão de construção e consultoria em plantas industriais, estudos de viabilidade técnica, econômica, assessoria, fiscalização e gerenciamento de projetos e obras nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia eletrônica e mecânica, e comercial;
3. Progen Locações Ltda.: locação de automóveis sem condutor, transporte rodoviário de carga em geral, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, bem como o agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
4. Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.: instalação de máquinas e equipamentos industriais, construção de estações de energia elétrica, medição de consumo de energia elétrica;
5. Progen Facilities Ltda.: fornecimento de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros em atividades tais como, serviços de motoristas para transportes de pessoas através de veículos leves;
6. Progen Energia S.A.: manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, manutenção e reparação de máquinas, montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, dentre outros;
7. Progen Manutenção Ltda.: fornecimento de mão de obra temporária e gestão de recursos humano para terceiros em atividades tais como, manutenção predial, manutenção e reparo de máquinas, de equipamento elétricos e da indústria mecânica.

A participação societária da Progen S.A. sobre suas controladas diretas encontra-se da seguinte forma:

## PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Participação	
	2024	2023
	Direta	Direta
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	99%	99%
Promotora Geradora de Ingenierias, S.A.P.I. DE C.V "México"	80%	80%
Progen Locações Ltda.	99%	99%
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda.	99%	99%
Progen Facilities Ltda.	99%	99%
Progen Energia S.A.	100%	100%
Progen Manutenção Ltda.	100%	-

### 2.2. Empresas Coligadas

A Companhia possui participação, no qual não detém controle da administração, enquadradas como coligadas, sendo elas:

1. Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A. (Arena Mercado Livre Pacaembu): Concessão do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho, mais conhecido como "Pacaembu", localizado no município de São Paulo/SP, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência da concessão, estabelecida em 35 anos contados da data de ordem de início emitida pela Prefeitura do Município de São Paulo em 24 de outubro de 2019, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras;
2. Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.: Prestação de serviços de engenharia consultiva de projetos, de suprimentos, de gerenciamento da construção, de construção civil para os setores industriais e de infraestrutura;
3. Concessionária Mineirinho SPE S.A.: Concessão do ginásio poliesportivo Jornalista Felipe Drummond, mais conhecido como "Mineirinho", localizado no município de Belo Horizonte/MG, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência estabelecida em 35 anos contados da data de assinatura e publicação no Diário Oficial de Minas Gerais em 17 de agosto de 2022, realizando locações do espaço para atividades voltadas as áreas poliesportivas, shows, eventos e feiras;
4. Concessionária Campo de Marte SPE S.A.: Prestação de serviços de gestão e administração da propriedade imobiliária.

A participação societária da Progen S.A. sobre suas coligadas diretas, encontra-se da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

	Participação	
	2024	2023
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A.	50%	50%
Valpro Gerenciamento de Obras Ltda	49%	49%
Concessionária Mineirinho SPE S.A.	50%	50%
Concessionária Campo de Marte SPE S.A.	15%	-

Conforme pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas IFRS 10, na estrutura das demonstrações financeiras, estão apresentados todos os tipos de relacionamentos em que a controladora final, detém o controle ou possui influência significativa.

### 3. Base de preparação

Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora.

As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### 4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

1. Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
2. Contingências;
3. Investimentos;
4. Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs adotados requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

#### 4.1 Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

##### 4.1.1. Operações no exterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, das controladas no exterior Promotora Generadora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., cuja moeda funcional é o Peso México (MXN) a qual foi adaptada às práticas contábeis adotadas no Brasil, quando aplicável, e estão convertidas para reais por meio dos seguintes procedimentos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

---

*"I. Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real, na data dos respectivos balanços;  
II. O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido inicial durante o período corrente são convertidas pelas taxas das transações, em suas respectivas datas;  
III. As receitas, custos e despesas são convertidos pela taxa média mensal de câmbio;  
IV. As variações cambiais resultantes dos itens (I), (II) e (III) acima, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes Acumulados de Conversão".*

Na consolidação foram eliminados os saldos de investimentos e de ativos e passivos, decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades.

## 5. Consolidação

### 5.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor ("*impairment*") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## 5.2. Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

## 5.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas, conforme quadro de resumo das participações societárias da Companhia na Nota Explicativa nº 15.

As demonstrações contábeis das Companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

## 6. Principais práticas contábeis

### 6.1. Classificação de instrumentos financeiros (CPC48)

Os principais impactos da adição do CPC 48 - instrumentos financeiros estão relacionados a classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda.

Com isso, sua classificação dentro da Companhia depende da finalidade para o qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo eles classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo.

Entre os principais instrumentos financeiros detidos pela Companhia, temos os classificados pelo custo amortizado, que compreendem "caixas e bancos", "contas a receber de clientes", "adiantamentos ativos e passivos", "partes relacionadas ativas e passivas", "fornecedores", "empréstimos, financiamentos e debêntures" e "outras contas a pagar". Já os representados pelo valor justo por meio do resultado, temos as "aplicações financeiras" e "instrumentos financeiros derivativos".

#### 6.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários com a finalidade específica de atendimento a compromissos de curto prazo e outros investimentos de alta liquidez, diária e não superior a 12 meses, com risco insignificante de mudança de valor. Essa categoria, segue a classificação avaliada pelo custo amortizado, exceto as aplicações financeiras, descritas abaixo.

#### 6.3. Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras, representadas por aplicações automáticas, em CDB e compromissadas (Nota Explicativa nº 10) avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado e representam seus valores justos pelo resultado, com geralmente até 90 dias da data de aplicação ou consideradas de liquidez imediata, as quais são registradas inicialmente pelo seu valor de custo acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço.

#### 6.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante, tais como retenções contratuais pactuadas que envolvam entregáveis de longo prazo para fins de garantia, a serem ressarcidos ou abatidos ao final do projeto.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber ("*impairment*"). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela perda estimada para "*impairment*", se necessária.

#### 6.4.1. Contas a receber por competência - POC

O entendimento da Administração é de que a política de reconhecimento das receitas e custos das transações de serviços prestados deve ser reconhecido pelo método evolutivo de construção (POC - *Percentage of completion*), uma vez que a transferência dos riscos e benefícios ocorre de forma contínua, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) O custo incorrido (mão de obra alocada, gastos com máquinas e equipamentos) correspondente aos serviços medidos é apropriado integralmente ao resultado;
- b) É apurado o percentual do custo incorrido dos serviços prestados, em relação ao seu custo total orçado, sendo este percentual aplicado sobre a receita de serviços, ajustado segundo as condições dos contratos, sendo assim determinado o montante das receitas e das despesas comerciais a serem reconhecidas;
- c) Na medida em que a receita dos serviços é realizada os valores provisionados no contas a receber são baixados contra a provisão do resultado.

#### 6.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

#### 6.6. Partes relacionadas

O *CPC 05 (R1) - divulgação sobre partes relacionadas*, traz as seguintes definições: "*partes relacionadas*" é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando ou reportando suas demonstrações contábeis, e ainda "*transação com parte relacionada*" que define sobre a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

De forma a reduzir custos operacionais, na medida do possível a Companhia mantém transações com empresas que detêm participações societárias como coligadas e controladas, as quais principalmente destacam-se a Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A como acionista e prestadora de serviços na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction), de forma a viabilizar a modernização do Complexo do Pacaembu, além de sua subsidiária integral, denominada Progen Energia S.A, com o objetivo de impulsionar suas operações e captar novos clientes no respectivo segmento. Na prática, suas movimentações são registradas nas modalidades de "conta corrente operacional" sem a cobrança de encargos e juros remuneratórios e/ou mantidas via mútuo acrescido de juros remuneratórios factível com os praticados pelo mercado.

#### 6.7. Investimentos em controladas

A Companhia Progen S.A. avalia e registra seus investimentos nas controladas Progen Planway Eng. e Consultoria Ltda., Promotora Geradora de Ingenierías, S.A.P.I. DE C.V., Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda, Progen Locações Ltda., Progen Facilities Ltda., Progen Energia S.A e Progen Manutenção Ltda., pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período, ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores (exceção feita para as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09) é reconhecida como receita (ou despesa) , classificados no grupo de outras receitas e outras despesas. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

#### 6.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº16, que levam em consideração a taxa fiscal.

A Companhia e suas Controladas não avaliaram o ativo imobilizado das Companhias pelo valor justo, considerando que: (i) O método do custo amortizado, deduzido das perdas estimadas, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) As Companhias possuem controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a companhia e suas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

#### 6.8.1. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos, para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Não houve necessidade constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

#### 6.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas descritas na Nota Explicativa nº 17.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelas Companhias do Grupo Progen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 17.

#### 6.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 6.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 6.12. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Suas movimentações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 22.

### 6.12.1. Tributos sobre a prestação de serviços

Suas receitas de prestação de serviços estão sujeitas às alíquotas vigentes na modalidade não cumulativa, respectivamente em 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, conforme a previsão de sua realização.

Os tributos incidentes sobre a receita bruta são demonstrados como redutores do respectivo grupo na demonstração de resultado, conforme faturamentos e/ou receitas reconhecidas pela competência e respectiva entrega ao cliente.

### 6.12.2. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, quando aplicável, o imposto também será reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

Entretanto, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### 6.13. Apuração do resultado

Os custos e as despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência na medida em que as medições são apuradas e emitidas, com base nos serviços prestados.

#### 6.13.1 Execução de projetos de engenharia

##### a) Serviços

As receitas de serviços prestados são reconhecidas na medida em que as medições são apuradas e emitidas.

##### b) Demais receitas

As demais receitas com prestação de serviços são reconhecidas quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e efetiva realização.

##### c) Despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

##### d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 6.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia quando aplicável e aprovado pelos Acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

#### 6.15. Fluxo de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

#### 6.16. Arrendamento

##### 6.16.1. Direito de Uso do Ativo de arrendamento

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Companhia, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável.

Na data da adoção inicial, a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas.

A depreciação do direito de uso é avaliada em função da opção de compra prevista ou não em cláusula contratual. Caso tenha, o bem é depreciado por toda vida útil, caso contrário, é verificada vida útil do bem ou prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo considerada, dos dois o menor.

Os contratos de arrendamento com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a US\$ 5.000,00, cinco mil dólares estadunidenses, não foram enquadrados no IFRS 16.

#### 6.16.2. Passivo de arrendamento

Na data de início, a mensuração do passivo com arrendamento foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente.

A Companhia optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares.

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento dos ativos identificados e, conseqüentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é a taxa incremental anual dos contratos de empréstimos da Companhia de 16,12%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento, sendo revisto anualmente conforme posição de endividamento da Companhia e premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2) (IAS 17). O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício.

Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Companhia (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com tráfego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

## 7. Gestão de risco financeiro

### 7.1. Fatores de risco financeiro

A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### 7.1.1. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures de longo prazo.

Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos e debêntures emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

#### 7.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

##### (a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 19)	138.149.550	190.339.670	24.000.009
Arrendamentos (Nota nº 20)	411.586	1.709.938	1.352.505
Fornecedores e outras contas a pagar	30.600.932	-	-
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota nº 19)	335.613.831	320.392.769	124.621.861
Arrendamentos (Nota nº 20)	3.771.939	4.582.284	1.836.212
Fornecedores e outras contas a pagar	43.867.375	-	-

## 7.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo:

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos (Nota nº 19)	667.729.767	443.366.405
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota nº10)	(110.891.310)	(140.241.178)
Dívida líquida	556.838.457	303.125.227
Total do patrimônio líquido	289.434.420	216.946.295
Total do capital	57.680.612	57.680.612
Índice de alavancagem financeira - %	51,98%	71,57%

## 8. Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora Empréstimos e Recebíveis	Consolidado Empréstimos e Recebíveis
Em 31 de dezembro de 2023	671.160.550	649.502.601
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	532.319.041	509.261.423
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	138.841.509	140.241.178
Em 31 de dezembro de 2024	879.064.063	1.068.158.041
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	769.689.289	957.266.731
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	109.374.774	110.891.310

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Em 31 de dezembro de 2023	386.201.073	387.281.786
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	352.489.230	352.489.230
Fornecedores	30.539.571	30.600.932
Outras contas a pagar	3.172.272	4.191.624
Em 31 de dezembro de 2024	763.383.723	827.596.399
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	730.017.258	780.628.461
Fornecedores	31.314.997	43.867.375
Outras contas a pagar	2.051.468	3.100.563

9. Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2024.

9.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo. Consulte a Nota 19 para obter mais detalhes.

b) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) Alteração na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

9.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixas e bancos	34.594.799	65.492.756	35.527.237	66.725.189
Aplicações financeiras	74.779.975	73.348.753	75.364.073	73.515.989
	<u>109.374.774</u>	<u>138.841.509</u>	<u>110.891.310</u>	<u>140.241.178</u>

(\*) as aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez em sua maioria imediata ou em até 90 dias.

a) Movimentação das aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.348.753	165.764.067	73.515.989	165.903.455
Aplicações	2.588.280.414	1.134.315.109	2.733.035.026	1.136.178.053
Rendimentos	7.098.428	7.795.653	7.063.037	7.813.528
Resgates	(2.593.847.022)	(1.234.464.377)	(2.738.147.094)	(1.236.315.965)
IOF	(95.023)	(59.360)	(96.369)	(59.988)
IRRF	(5.575)	(2.339)	(6.516)	(3.094)
	<u>74.779.975</u>	<u>73.348.753</u>	<u>75.364.073</u>	<u>73.515.989</u>

11. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado Interno	503.528.015	468.843.189	681.104.055	471.545.041
Mercado Externo	287.613	-	287.613	-
(-) PCE	(6.430.003)	(3.885.702)	(6.430.003)	(3.885.702)
Retenção contratual de clientes (*)	12.390.820	28.709.260	15.918.136	28.709.260
	<u>509.776.445</u>	<u>493.666.747</u>	<u>690.879.801</u>	<u>496.368.599</u>
Circulante	485.894.244	436.382.930	663.470.283	439.084.782
Não Circulante	23.882.201	57.283.817	27.409.518	57.283.817
	<u>509.776.445</u>	<u>493.666.747</u>	<u>690.879.801</u>	<u>496.368.599</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	470.784.462	263.431.509	636.102.122	266.133.361
Vencidos até 30 dias	8.617.052	171.234.275	10.664.549	171.234.275
Vencidos de 31 a 60 dias	303.628	9.735.705	1.310.498	9.735.705
Vencidos de 61 a 90 dias	3.204.407	3.305.283	5.644.349	3.305.283
Vencidos acima de 90 dias	14.476.076	17.250.715	21.240.148	17.250.715
Retenção contratual de clientes (*)	12.390.820	28.709.260	15.918.136	28.709.260
	<u>509.776.445</u>	<u>493.666.747</u>	<u>690.879.801</u>	<u>496.368.599</u>

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

(\*) as retenções contratuais de clientes, são valores retidos que visam a garantia e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, assim como de eventuais despesas administrativas e judiciais estabelecidas entre as partes. Esse valor será devolvido a Companhia ao término do contrato.

A Companhia realiza análises de suas contas a receber considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos. Até a presente data, registrou valores em perda no montante de R\$ 6.430.003 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, e três reais), pelos valores identificados como perdas prováveis em sua carteira.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(3.326.600)	(3.326.600)
Adições	(559.102)	(559.102)
Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(3.885.702)</u>	<u>(3.885.702)</u>
Adições	(5.085.907)	(5.085.907)
Reversões	2.541.606	2.541.606
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(6.430.003)</u>	<u>(6.430.003)</u>

## 12. Adiantamentos

### Ativo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento de férias	889.850	3.741.224	978.339	3.773.793
Adiantamento de fornecedores (*)	258.350.582	14.196.809	259.440.869	15.014.480
Adiantamento de dividendos	-	-	-	463.105
Outros adiantamentos	7.751.629	4.003.848	9.859.316	5.644.069
	<u>266.992.061</u>	<u>21.941.881</u>	<u>270.278.524</u>	<u>24.895.447</u>

(\*) em sua maioria, representam movimentações financeiras relacionadas ao contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) firmado com a Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A, englobando adiantamentos realizados a prestadores de serviços para viabilizar a modernização do Complexo. No demais, representam outros serviços prestados ou acordos comerciais com fornecedores no curso normal das operações.

### Passivo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamentos de clientes	31.964.867	42.997.879	32.520.229	43.282.791
Adiantamento de clientes (POC) (*)	20.779.004	9.430.099	34.062.754	9.430.099
	<u>52.743.871</u>	<u>52.427.978</u>	<u>66.582.983</u>	<u>52.712.890</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

(\*) Conforme adequação ao CPC 47 - receita de contrato com cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, o saldo refere-se as receitas reconhecidas conforme POC (*Percentage of Compliance*) dos projetos que ainda não foram faturados pela Companhia até 31 de dezembro de 2024.

13. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar	28.485.364	5.353.976	28.629.626	5.388.096
PIS a recuperar	1.400.030	1.727.544	1.443.949	1.731.073
COFINS a recuperar	6.257.479	7.976.757	6.463.612	7.992.819
CSLL a recuperar	12.147.479	-	12.290.980	-
INSS a recuperar	755.022	373	2.664.879	305.872
IRPJ negativo	958.950	2.139.563	965.667	2.401.271
CSLL negativo	131.732	4.761.527	132.976	4.835.115
Outros impostos	579.427	728.726	576.859	732.361
	<u>50.715.483</u>	<u>22.688.466</u>	<u>53.168.548</u>	<u>23.386.607</u>

14. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais e bases negativas	7.039.678	-	14.464.943	60.510
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.924.162	3.287.925	10.924.162	3.287.925
Provisão para perda de contas a receber	2.186.201	1.321.139	2.186.201	1.321.139
Provisão de remuneração de pessoal	2.066.734	1.034.462	2.066.734	1.034.462
	<u>15.177.097</u>	<u>5.643.526</u>	<u>15.177.097</u>	<u>5.643.526</u>
Ativo fiscal diferido	22.216.775	5.643.526	29.642.040	5.704.036

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com a Resolução CVM nº 109/22 a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro.

Os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social apurados no ano de 2024 e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação e diferenças temporárias decorrentes de provisionamento de processos contencioso, perda de crédito esperada de contas a receber e despesas de remuneração.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

---

Créditos tributários diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que haverá lucro tributável suficiente para permitir a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas existentes, contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Investimentos

a. Controladas e coligadas

i. Investimentos

Descrição	Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Progen Facilities Ltda.	Concessionária Mineirinho SPE S/A	Progen Energia S.A.	Progen Manutenção Ltda.	Total
Capital social	300.000	500.000	22.000.000	10.000	4.721.410	20.000.000	250.000	47.781.410
Quantidade de quotas possuídas	299.999	245.000	6.050.300	9.900	2.360.704	4.981.810	250.000	14.197.713
Patrimônio líquido	535.770	1.086.422	(142.108.538)	2.353.979	1.210.818	64.308.512	33.131	(75.190.027)
% participação societária	99,99%	49%	50%	99%	50%	100%	100%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	92	586.422	(72.043.754)	205.106	(3.619.385)	59.332.642	(216.869)	(15.944.231)
Valor contábil do investimento em 31/12/2023	535.624	1.003.239	-	2.127.385	1.204.283	-	-	4.870.531
Integralização de capital	-	-	-	-	-	4.975.870	250.000	5.225.870
Recebimento de dividendos	-	(758.240)	-	-	-	-	-	(758.240)
Resultado de equivalência patrimonial	92	287.348	-	203.053	(1.204.283)	59.386.746	(131.117)	58.541.839
Valor contábil do investimento 31/12/2024	535.716	532.347	-	2.330.438	-	64.362.616	118.883	67.880.000

As investidas a seguir apresentaram no exercício de 2024, patrimônio líquido negativo, nesta situação, o procedimento contábil, na investidora, é registrar normalmente a equivalência patrimonial e apresentar os saldos negativos em seu passivo, como "Provisão para Perdas com Investimento".

O procedimento com as empresas coligadas, no qual sua equivalência acumulada apresenta saldo negativo, para esses casos, diminuimos o saldo ativo do investimento até que este esteja "zerado", com isso, não se registrando, portanto, qualquer parcela a título de investimento negativo.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo a determinação do CPC 18 (R2), esses valores foram apresentados no grupo do passivo não circulante.

ii. Provisão para perda de investimentos

Descrição	Promotora Geradora de Ingenierias S.A.P.I de C.V. (México)	Progen Locações Ltda	Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda	Progen Energia S.A.	Total
Capital social	43	50.000	1.000	20.000.000	51.043
Quantidade de quotas possuídas	34	49.500	990	4.981.810	50.524
Patrimônio líquido	(2.157)	(17.296)	(2.175.350)	64.308.512	(2.194.803)
% participação societária	80%	99%	99%	100%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	(306)	(4.788)	(59.908)	59.332.642	(65.001)
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2023	(1.408)	(12.382)	(2.094.289)	(5.940)	(2.114.020)
Resultado de equivalência patrimonial	(245)	(4.740)	(59.308)	-	(64.293)
Patrimônio líquido positivo - reflexo equivalência investida	-	-	-	5.940	5.940
Valor contábil da provisão para perda do investimento 31/12/2024	(1.653)	(17.122)	(2.153.598)	-	(2.172.373)

b. Consolidado

i. Investimentos

Descrição	Valpro Gerenciamento de Obras Ltda.	Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A	Concessionária Mineirinho SPE S/A	Total
Capital social da controlada	500.000	22.000.000	4.721.410	27.221.410
Quantidade de quotas possuídas	245.000	6.050.300	2.360.704	8.656.004
Patrimônio líquido	1.086.422	(142.436.881)	(1.210.818)	(142.561.277)
% participação societária	49%	50%	50%	-
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	586.422	(72.372.098)	(1.204.283)	(72.989.958)
Valor contábil do investimento em 31/12/2023	1.003.239	-	1.204.283	2.207.526
Recebimento de dividendos	(758.238)	-	-	(758.238)
Resultado de equivalência patrimonial	287.347	-	(1.204.238)	(916.936)
Valor contábil do investimento 31/12/2024	532.352	-	-	532.352

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

a. Composição do saldo - Controladora

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática - Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.362.295	2.258.256	6.661.125	4.373.049	7.416.824	30.384.401	96.321	487.319	54.039.590
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.850	63.046	-	13.388.596
Baixas	-	-	(153.659)	-	(175.514)	(833.626)	-	-	(1.162.799)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.608.755	2.527.256	10.130.929	4.831.826	10.395.310	34.124.625	159.367	487.319	66.265.387
Adições	951.462	514.759	8.218.632	433.875	110.000	5.365.018	3.508.244	-	19.101.989
Baixas	-	-	(201.746)	(1.848)	(111.873)	(1.042.021)	-	(106.267)	(1.463.754)
Transferências	-	-	(349.647)	351.266	-	(1.619)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.560.217	3.042.015	17.798.168	5.615.119	10.393.437	38.446.003	3.667.611	381.052	83.903.623

(a.1.) Composição do Saldo - Controladora (depreciação)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática Hardware	Outras imobilizações	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.606	1.677.274	1.919.617	3.633.542	5.396.224	12.006.471	366.840	25.231.574
Depreciação	116.859	147.809	726.128	152.474	1.948.255	5.405.477	97.127	8.594.129
Depreciação - baixas	-	-	(61.793)	-	(165.158)	(483.725)	-	(710.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	348.465	1.825.083	2.583.952	3.786.016	7.179.321	16.928.223	463.967	33.115.027
Depreciação	176.445	209.827	1.528.075	199.961	1.821.757	6.410.604	23.352	10.370.021
Depreciação - baixas	-	-	(57.186)	(1.524)	(111.873)	(982.100)	(106.267)	(1.258.949)
Depreciação - transferências	-	-	(54.698)	61.099	-	(6.401)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	524.910	2.034.910	4.000.143	4.045.552	8.889.205	22.350.326	381.052	42.226.099

(a.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática - Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.741.508	739.507	2.020.601	18.377.929	96.321	120.480	28.808.017
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.260.290	702.173	7.546.977	1.045.810	3.215.989	17.196.402	159.367	23.353	33.150.361
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.035.307	1.007.105	13.798.026	1.569.567	1.504.232	16.095.677	3.667.612	-	41.677.525

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Composição do saldo - Consolidado

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.362.295	2.258.256	6.680.638	4.434.371	7.416.824	30.506.138	96.321	487.319	54.242.162
Adições	1.246.460	269.000	3.623.463	458.777	3.154.000	4.573.852	63.046	-	13.388.599
Baixas	-	-	(153.659)	-	(175.514)	(833.626)	-	-	(1.162.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.608.755	2.527.256	10.150.441	4.893.148	10.395.310	34.246.364	159.367	487.319	66.467.961
Adições	951.462	514.759	8.964.578	521.580	110.000	5.548.464	3.508.244	-	20.119.087
Baixas	-	-	(201.746)	(1.847)	(111.873)	(1.042.024)	-	-	106.267
Transferências	-	-	(349.647)	351.266	-	(1.619)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.560.217	3.042.015	18.563.627	5.764.147	10.393.437	38.751.185	3.667.612	381.052	85.123.293

(b.1) Composição do Saldo - Consolidado (depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática Hardware	Outras imobilizações	Total
Taxa de depreciação	10% a 20%	10%	10%	10%	20%	20%	20%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.606	1.677.274	1.938.292	3.691.396	5.396.224	12.121.211	366.839	25.422.842
Depreciação	116.859	147.809	726.845	155.407	1.948.255	5.408.063	97.127	8.600.365
Depreciação - baixas	-	-	(61.793)	-	(165.158)	(483.725)	-	(710.676)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	348.465	1.825.083	2.603.344	3.846.803	7.179.321	17.045.549	463.966	33.312.531
Depreciação	176.445	209.827	1.539.458	202.223	1.821.757	6.421.909	23.353	10.394.972
Depreciação - baixas	-	-	(57.186)	(1.524)	(111.873)	(982.100)	(106.267)	(1.258.949)
Depreciação - transferência classe	-	-	(54.698)	61.099	-	(6.401)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	524.910	2.034.910	4.030.918	4.108.601	8.889.205	22.478.957	381.052	42.448.554

(b.2) Valor Líquido (bens - depreciação/amortização)

	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Informática Hardware	Adiantamento Imobilizado	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.130.689	580.982	4.742.346	742.976	2.020.600	18.384.927	96.321	120.480	28.819.322
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.260.290	702.173	7.547.097	1.046.346	3.215.989	17.200.817	159.367	23.353	33.155.431
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.035.307	1.007.105	14.532.709	1.655.546	1.504.232	16.272.229	3.667.612	-	42.674.739

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos/ IAS 16, não foram detectadas evidências de impairment test, que impactassem nos ativos da Companhia a ponto de justificar desvalorizações e serem reconhecidas até a data base de 31 de dezembro de 2024.

17. Intangível

	Controladora	Consolidado
	Software	Software
Custo		
Em 31 de Dezembro de 2022	22.064.118	22.091.805
Adições	3.102.696	3.102.696
Baixas	(2.704.026)	(2.704.026)
Em 31 de Dezembro de 2023	22.462.788	22.490.475
Adições	827.537	827.537
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>23.290.323</u>	<u>23.318.012</u>
Amortização acumulada		
Em 31 de Dezembro de 2022	21.540.857	21.568.545
Adições	166.436	166.436
Baixas	(38.153)	(38.153)
Em 31 de Dezembro de 2023	21.669.140	21.696.828
Adições	184.018	184.018
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>21.853.158</u>	<u>21.880.845</u>
Valor contábil líquido		
Em 31 de dezembro de 2022	523.259	523.259
Em 31 de dezembro de 2023	793.646	793.646
Em 31 de dezembro de 2024	1.437.165	1.437.165

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

As composições são de Licenças de (software) adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas fiscais.

18. Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de arrendamento está demonstrado a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladoria

a. Composição do saldo

	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.608.422	6.608.422
Adições	2.496.378	2.496.378
Baixas	(4.299.310)	(4.299.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.805.490	4.805.490
Adições	8.906.428	8.906.428
Baixas	(2.511.043)	(2.511.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.200.875	11.200.875

b. Composição do Saldo (amortização)

	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação (*)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.516.095	4.516.095
Depreciação	1.470.921	1.470.921
Depreciação - baixas	(4.341.200)	(4.341.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.645.816	1.645.816
Depreciação	2.075.937	2.075.937
Depreciação - baixas	(269.040)	(269.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.452.713	3.452.713

(\*) Conforme premissas estabelecidas pelo CPC 06 (R2) - arrendamentos a taxa de amortização, normalmente é avaliada pela vida útil do bem ou pelo tempo de contrato, dos dois o menor, nos casos em que não há opção de compra. Caso contrário, a depreciação será realizada pela vida útil do bem.

Os contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador, não ultrapassam o prazo de cinco anos.

c. Valor líquido (direito de uso - amortização)

	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.092.327	2.092.327
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.159.674	3.159.674
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.748.162	7.748.162

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

a. Composição do saldo

	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.608.422	6.608.422
Adições	2.496.378	2.496.378
Baixas	(4.299.310)	(4.299.310)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.805.490	4.805.490
Adições	13.035.849	13.035.849
Baixas	(2.511.043)	(2.511.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.330.297	15.330.297

b. Composição do Saldo (amortização)

	Direito de Uso Imóveis	Total
Taxa de depreciação (*)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.516.095	4.516.095
Depreciação	1.470.921	1.470.921
Depreciação - baixas	(4.341.200)	(4.341.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.645.816	1.645.816
Depreciação	2.562.765	2.562.765
Depreciação - baixas	(269.040)	(269.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.939.541	3.939.541

c. Valor líquido (direito de uso - amortização)

	Direito de Uso Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.092.327	2.092.327
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.159.674	3.159.674
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.390.755	11.390.755

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento está demonstrado a acima.

O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável, conforme adoção do IFRS 16.

Atualmente, o grupo possui vigente 12 contratos de arrendamentos, todos relacionados a aluguéis de espaços, sendo 8 contratos pela Progen S.A e 4 contratos pela Progen Energia S.A, com vigência fixada até janeiro de 2029. Todos os contratos possuem vigência fixada em até 5 anos, com possibilidade de renovação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os espaços alugados, encontram-se a unidade administrativa da matriz localizada em São Paulo e também sua filial localizada em Belo Horizonte, além de bases operacionais utilizadas pelas operações da Progen S.A e Progen Energia S.A, tais como as localizadas em Ipiaú/BA, em Petrópolis/RJ, em Teresópolis/RJ e em São Borja/RS.

Além das respectivas taxas de cada contrato por aniversário, os arrendamentos são reajustados anualmente pela taxa média incremental dos empréstimos vigentes no ano corrente, que em 2023 era de 9,41%, porém atualmente, passou a ser de 16,12% devido ao aumento do custo médio de endividamento, gerando então a remensuração dos respectivos contratos ativos.

19. Empréstimos, financiamentos e debêntures

A composição de empréstimos, financiamentos e arrendamentos é a seguinte:

a) Controladora

Tipo de Operação	Taxa	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	6.977.567	23.712.475
CCB Caixa	CDI + 2,18% a.a.	68.959.298	50.212.169
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	-	78.973.964
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8% a.a.	75.308.797	100.696.028
Debêntures -3ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,2% a.a.	353.790.435	-
Custos amortizar sobre debêntures		(4.183.727)	(1.119.873)
Notas Comerciais	CDI + 5,19% a.a.	184.506.693	81.468.978
Cessões FIDC - coobrigação	18,62% a.a.	45.408.195	18.545.489
Juros apropriar sobre nota comercial		(750.000)	-
		<u>730.017.258</u>	<u>352.489.230</u>
Circulante		285.002.628	138.149.550
Não Circulante		445.014.630	214.339.680
		<u>730.017.258</u>	<u>352.489.230</u>

b) Consolidado

Tipo de Operação	Taxa	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
BNDES	IPCA+1,98% a.a. +spread 5,26% a.a.	6.977.567	23.712.475
CCB caixa	CDI + 2,18% a.a.	68.959.298	50.212.169
Debêntures -1ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,9% a.a.	-	78.973.964
Debêntures -2ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,8% a.a.	75.308.797	100.696.028
Debêntures -3ª Emissão- 1ª série	CDI + 3,2% a.a.	353.790.435	-
Custos amortizar sobre debêntures		(4.183.727)	(1.119.873)
Notas Comerciais	CDI + 5,19% a.a.	184.506.693	81.468.978
Cessões FIDC - coobrigação	18,53% a.a.	96.019.398	18.545.489
Juros apropriar sobre empréstimo		(750.000)	-
		<u>780.628.461</u>	<u>352.489.230</u>
Circulante		335.613.831	138.149.550
Não Circulante		445.014.630	214.339.680
		<u>780.628.461</u>	<u>352.489.230</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde o período final de 2023, a Companhia mantém operações vinculadas a antecipação de recebíveis na Progen S.A, passando também a operacionalizar na Progen Energia S.A por necessidades operacionais de caixa, ambas operações firmadas via cessão de direitos creditórios na modalidade com direito de regresso, a qual conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9), o procedimento contábil é reconhecer um passivo financeiro até a liquidação da operação no período de vencimento da carteira cedida.

- c) O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos com terceiros é o seguinte

Controladora

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
BNDES	6.977.567	-	-	-	-	6.977.567
Debêntures a pagar - BBI S.A	27.308.802	23.999.985	24.000.009	-	-	75.308.797
Debêntures a pagar - 3ª	58.822.146	83.081.350	83.081.350	83.081.350	41.540.510	349.606.707
CCB caixa	42.359.298	15.200.000	11.400.000	-	-	68.959.298
Notas Comerciais	104.126.619	77.630.074	2.000.000	-	-	183.756.693
Cessões FIDC - coobrigação	45.408.195	-	-	-	-	45.408.195
Total dos empréstimos e debêntures	285.002.628	199.911.410	120.481.360	83.081.350	41.540.510	730.017.258

Consolidado

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
BNDES	6.977.567	-	-	-	-	6.977.567
Debêntures a pagar - BBI S.A	27.308.802	23.999.985	24.000.009	-	-	75.308.797
Debêntures a pagar - 3ª	58.822.146	83.081.350	83.081.350	83.081.350	41.540.510	349.606.707
CCB caixa	42.359.298	15.200.000	11.400.000	-	-	68.959.298
Notas Comerciais	104.126.619	77.630.074	2.000.000	-	-	183.756.693
Cessões FIDC - coobrigação	96.019.398	-	-	-	-	96.019.398
Total dos empréstimos e debêntures	335.613.831	199.911.410	120.481.360	83.081.350	41.540.510	780.628.461

- d) Movimentação está demonstrado a seguir:

Controladora

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	352.489.230	273.416.479
Liberações empréstimos, debêntures e notas comerciais	598.000.000	170.000.000
Custas sobre empréstimos e debêntures	(3.820.918)	-
Juros sobre empréstimos, debêntures, notas comerciais e FIDC	80.819.629	41.772.482
(-) Amortizações empréstimos, debêntures e notas comerciais	(318.452.007)	(152.123.959)
Cessões FIDC - coobrigação	269.826.381	63.179.342
(-) Amortização FIDC	(248.845.056)	(43.755.115)
Saldos no final do exercício	730.017.258	352.489.230

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	352.489.230	273.416.479
Liberações empréstimos, debêntures e notas comerciais	598.000.000	170.000.000
Custas sobre empréstimos e debêntures	(3.820.918)	-
Juros e custas sobre empréstimos e debêntures	81.688.087	41.772.482
(-) Amortizações empréstimos	(318.452.007)	(152.123.959)
Cessões FIDC - coobrigação	355.175.456	63.179.342
(-) Amortização FIDC	(284.451.386)	(43.755.115)
Saldos no final do exercício	<u>780.628.461</u>	<u>352.489.230</u>

Em conexão ao pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - demonstração dos fluxos de caixa, os juros pagos dessas operações, são classificados no fluxo de caixa como oriundos de atividades de financiamento, pois conforme realidade da Companhia, são aplicados em reforço de caixa de maneira geral, amortização de dívidas anteriores entre outras destinações, cabendo a Companhia avaliar sua realidade e apresentar a informação da maneira mais adequada possível.

e) Garantias

A controladora mantém em garantia referente a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, e 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional em série única:

- Contratos comerciais a serem listados no Contrato de Cessão Fiduciária deverão somar montante total equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor nominal unitário atualizado ou saldo do valor nominal unitário atualizado acrescido da remuneração, desde a data de emissão até a data de vencimento das debêntures, conforme previsto no contrato de cessão fiduciária;
- Cessão fiduciária sobre a conta vinculada (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária) e sobre a totalidade dos recursos nela depositados, por onde deverá passar, obrigatoriamente, recebíveis provenientes de determinada conta centralizadora, oriundos de contratos comerciais celebrados entre a Emissora e seus clientes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Pela conta vinculada deverá permanecer retido, mensalmente, até dezembro de 2025 (inclusive), o montante mínimo equivalente a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures e, a partir de janeiro de 2026 (inclusive) até a integral quitação das Obrigações Garantidas, deverá permanecer retido o montante mínimo equivalente a 7% (sete por cento) do saldo devedor das Debêntures (“Montante Mínimo”).

A controladora mantém em garantia referente a Nota Comercial, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e garantia fidejussória adicionais, em série única, conforme segue:

- O valor total depositado no domicílio bancário corresponderá, no mínimo, a 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor, no período de 913 dias (novecentos e treze dias).
- A controladora mantém em garantia referente a Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro.
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de recebíveis referente a contrato de Prestação de Serviços, definido pelo saldo devedor da operação.

f) Covenants

Além das garantias, mencionadas acima, a 2ª e 3ª emissão das debêntures mantém as seguintes exigências contratuais e eventos passíveis de acarretar o vencimento antecipado automático das obrigações:

- Fiança outorgada pelos acionistas (PF) da Progen S.A, solidariamente, entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, na condição de coobrigado, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- Não ocorrer inadimplemento, pela Emissora e/ou fiadores de qualquer obrigação pecuniária devida aos debenturistas;
- Insolvência, liquidação, dissolução, encerramento das atividades ou extinção da Emissora, exceto em caso de reorganização societária intragrupo, decreto/pedido de falência ou recuperação judicial;
- Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma Sociedade por Ações;
- Exceto para a hipótese legal, de absorção de prejuízos, houver redução de capital social da Emissora;
- Houver cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, que alterem seu controle societário final ou possam afetar sua capacidade financeira;

- Cessão, venda, alienação ou qualquer outra forma de transferência de forma gratuita ou onerosa, de ativos da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora, exceto: venda de estoque no curso normal de seus negócios; caso os recursos obtidos com a operação, sejam imediatamente e integralmente utilizados para o resgate e/ou amortização das Debêntures; por ativos inservíveis, obsoletos que tenham sido substituídos por outros de mesma natureza; caso a venda, alienação ou qualquer outra forma de transferência seja realizada, pela Emissora, em favor de sociedade coligada, controlada ou integrante do mesmo grupo;
- Penhora ou quaisquer outras medidas similares de natureza administrativa ou judicial, de ativos da Emissora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora;
- A emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- Alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, vigente na data de emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- Não observância, pela Emissora, do índice financeiro verificado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora, sendo ele a razão entre a Dívida Líquida / EBITDA da Emissora, o qual o mesmo deverá ser igual ou inferior a 2,50x.

Distribuição ou pagamento, pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, que exceda 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido do exercício, caso a Emissora e/ou os Fiadores estejam em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nas escrituras de emissão ou no contrato de cessão fiduciária, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social vigente da data de emissão.

## 20. Arrendamentos

Dos contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) consideramos apenas o valor do aluguel acordado em contratos para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, descontada taxa incremental de juros, fixada 9,41% em 2023, e em 2024, revisamos a taxa anual e passou a ser de 16,12% o que resultou na remensuração dos contratos ativos. Abaixo, apresentamos a posição dos arrendamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	3.474.029	2.591.154
Descaracterização arrendamento - veículos	-	(200.749)
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	7.853.605	2.356.710
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	834.502	235.925
Amortização arrendamentos	(2.640.663)	(1.529.709)
Baixas de arrendamentos	(2.281.755)	-
Remensuração arrendamento	(542.460)	20.698
Saldos no final do exercício	<u>6.697.258</u>	<u>3.474.029</u>

Consolidado

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldos no início do exercício	3.474.029	2.591.154
Descaracterização arrendamento - veículos	-	(200.749)
Passivo de arrendamento - adoção IFRS 16	11.899.325	2.356.710
Juros e atualizações monetárias arrendamentos	991.300	235.925
Amortização arrendamentos	(3.284.356)	(1.529.709)
Baixas de arrendamentos	(2.281.755)	-
Remensuração arrendamento	(608.108)	20.698
Saldos no final do exercício	<u>10.190.435</u>	<u>3.474.029</u>

Os contratos de arrendamentos são referentes a locações de imóveis para os escritórios administrativos nas cidades de São Paulo/SP e Belho Horizontes/MG e locações de imóveis para bases operacionais da Energia S.A. nas cidades de localizados em Ipiaú/BA, em Petrópolis/RJ, em Teresópolis/RJ e em São Borja/RS.

21. Obrigações trabalhistas e tributárias

A composição apresenta os seguintes valores:

21.1. Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ordenados e salários	31.536.243	39.314.596	38.342.827	39.591.826
Provisão de férias	63.964.433	68.789.861	75.416.042	69.212.774
INSS retido na fonte	8.348.228	10.870.179	11.519.213	11.011.082
CPRB a recolher	9.681.643	7.287.902	9.767.789	7.287.902
IRRF sobre salário	18.732.966	20.862.016	20.141.887	20.901.768
FGTS a recolher	5.512.471	6.669.075	6.462.659	6.706.679
Vale Refeição a Pagar	205.010	258.474	3.057.460	623.053
Outras obrigações	1.817.755	1.203.415	2.642.205	1.199.947
Gratificações a pagar	6.078.630	3.042.534	6.078.630	3.042.534
	<u>145.877.379</u>	<u>158.298.052</u>	<u>173.428.712</u>	<u>159.577.565</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS a recolher	6.414.747	1.741.073	11.231.535	1.789.880
PIS a recolher	2.115.984	503.996	3.644.636	547.509
PIS/COFINS/CSLL a recolher	196.157	160.907	205.452	161.276
IRRF de terceiros a recolher	40.219	71.061	42.775	71.993
COFINS a recolher	10.001.574	2.327.005	17.055.189	2.530.487
IRRF sobre aluguéis a recolher	273.837	286.043	297.263	286.043
IRPJ a recolher	-	-	-	256.936
CSLL a recolher	-	-	-	42.413
ISS parcelamento	466.804	1.558.652	466.804	1.558.652
IRRF sobre JCP a recolher	-	1.679.268	-	1.679.268
Parcelamento federal (a)	82.468.691	65.502.844	82.516.522	65.611.553
Parcelamento previdenciário (a)	56.601.903	84.630.142	56.601.903	84.630.142
Juros parcelamento a transcorrer	(46.946.117)	(46.143.239)	(46.971.598)	(46.196.071)
IRPJ e CSLL Diferido	22.888.412	-	43.685.133	-
Outros impostos	190.244	209.323	262.874	211.697
	<u>134.712.455</u>	<u>112.527.075</u>	<u>169.038.488</u>	<u>113.181.778</u>
Total Trabalhistas + Tributárias	<u>280.589.834</u>	<u>270.825.127</u>	<u>342.467.200</u>	<u>272.759.343</u>

- (a) As rubricas de parcelamento INSS e demais débitos previdenciários foram segregados dos parcelamentos federais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	196.862.198	192.209.084	237.942.843	194.120.949
Não circulante	83.727.636	78.616.043	104.524.357	78.638.394
	<u>280.589.834</u>	<u>270.825.127</u>	<u>342.467.200</u>	<u>272.759.343</u>

21.2.1. Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação e JCP	102.637.556	145.880.392	847.560	169.990.765
Incentivos fiscais*	-	1.944.122	(4.667)	(1.954.143)
Juros sobre capital próprio	-	21.944.105	-	(21.944.105)
Adições	46.494.524	17.431.577	3.770	17.434.637
Exclusões	(169.837.016)	(403.229)	(73.419)	(5.784.701)
Lucro tributável	<u>(20.704.936)</u>	<u>139.020.512</u>	<u>773.243</u>	<u>157.742.453</u>
Base de cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	134.020.512	773.243	157.742.543
Adicional de 10% (excluindo a parcela não tributada de R\$ 240)	-	13.378.051	170.478	13.521.064
Imposto de renda corrente	-	33.481.128	165.810	33.864.639
Contribuição social corrente	-	12.061.846	70.012	12.212.157
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>45.542.974</u>	<u>235.822</u>	<u>46.076.796</u>

\*A Companhia está devidamente inscrita no benefício do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No ano de 2024, apenas a empresa Progen Facilities Ltda. apresentou base de lucro tributável para incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social, não havendo também deliberação pela Administração para o provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio referente ao exercício de 2024.

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

Adicionalmente os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

## 22. Provisão para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia e controladas, apresentavam os seguintes passivos, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bloqueios e depósitos judiciais	-	242.246	-	242.244
Bloqueios judiciais	4.259.448	4.039.343	4.259.484	4.039.379
Depósitos Judiciais e	4.259.448	4.281.589	4.259.484	4.281.623

Conforme CPC 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingente, a Companhia mantém julgamento de forma recorrente, a fim de detectar e refletir eventuais provisões contingentes, classificadas como prováveis saídas de recursos.

Movimentação da provisão para contingências:

### Contencioso trabalhista

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.024.710
Adições	861.659
Reversões	(893.059)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.993.309

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Contencioso tributário

---

Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.493.249
Adições	26.286.903
Reversões	(3.840.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>27.939.947</u>

Contencioso cível

---

Saldo em 31 de dezembro de 2023	152.410
Adições	191.528
Reversões	(147.308)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>196.630</u>

Total de provisão para contingências 32.129.887

(a) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos nos âmbitos trabalhista, tributário e cível, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos, cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2024 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima o valor de R\$ 187.530.849, (cento e oitenta e sete milhões, quinhentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e nove reais), decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia é indicada para a uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Recuperação de créditos tributários

Em 2024, mediante estudo e riscos avaliados pela Companhia relacionados a modulação da tese do sistema S no tocante ao teto de 20 salários-mínimos, conforme julgamento do Decreto-lei 2.318/1986, a mesma ingressou em ação colegiada impetrada e efetivou o levantamento de créditos tributários via PER/DCOMP no montante acumulado de R\$ 26.108.869 (vinte e seis milhões, cento e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais), já corrigidos pelo índice Selic pertinente no período compreendido entre dezembro de 2020 a novembro de 2021, registrando portanto, este crédito em sua contabilidade sob a rubrica de outras receitas atrelado ao principal e receitas financeiras em relação aos juros Selic. Em contrapartida, registrou na integralidade o mesmo valor sob a rubrica de provisão de processos tributários mediante provisão do contencioso, afim de se resguardar para um eventual desfecho negativo e provável saída de fluxo de caixa futuro.

23. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Progen Serviços de Manutenção Elétrica Ltda (a)	2.275.246	2.184.163
Promotora Geradora (México)	598.684	598.684
Tux Administradora de Bens Imóveis Participações Ltda.	550.000	550.000
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A (b)	374.766.924	228.442.675
Progen Locações Ltda.	1.288.955	1.288.955
Progen Facilities Ltda.	-	551.058
Concessionária Mineirinho SPE S.A	5.236.293	2.114.486
NK117	2.900	300
Progen Energia S.A.	-	5.710
Progen Manutenção Ltda.	638.554	-
Total partes relacionadas	<u>385.357.555</u>	<u>235.736.031</u>

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Pagar		
Progen Planway Engenharia e Consultoria Ltda.	59.782	59.782
Progen Facilities Ltda.	2.576.377	-
Progen Energia S.A.	9.740.842	-
Total partes relacionadas	<u>12.377.001</u>	<u>59.782</u>

- a) Os saldos mantidos entre a Progen S/A e demais empresas até 31 de dezembro de 2024 representam operações de mútuo em conta corrente, sem a incidência de encargos financeiros e não possuem vencimento definido;
- b) A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R\$352.398.367 (trezentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano. Efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R\$ 22.368.557 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais).

## PROGEN S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
Promotora Geradora (México)	598.684	598.684
Tux Administradora de Bens Imóveis Participações Ltda.	550.000	550.000
Concessionária Allegra Pacaembu SPE S.A (b)	374.766.923	228.442.675
NK117	2.900	300
Concessionária Mineirinho SPE S.A	5.236.293	2.114.486
Total partes relacionadas	<u>381.154.800</u>	<u>231.706.145</u>

b) A Companhia celebrou junto a Concessionária Allegra Pacaembu operações de mútuos que somam o montante acumulado de R\$352.398.367 (trezentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais), acrescido de juros remuneratórios de CDI + 3,89% ao ano. Efetuou transações via conta corrente referente a reembolso de despesas pagas pela Progen no início da operação da Concessionária Allegra Pacaembu no montante de R\$ 22.368.557 (vinte e dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e sete reais). Estas operações de mútuo poderão ser convertidas em participação societária na Concessionária Allegra Pacaembu.

#### 23.1. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração global dos administradores da controladora para o exercício findo em dezembro de 2024 foi fixada no limite de R\$ 6.173.994 (seis milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais), a título de remuneração fixa e variável, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de julho de 2024, registrada na Jucesp em 09 de agosto de 2024, mediante o protocolo 2.175.951/24-8.

A Companhia é regida pelo Conselho de Administração, formado inicialmente por quatro membros. A Diretoria é composta por dois Diretores.

#### 24. Patrimônio líquido

##### (a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado pela Progen S.A em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 57.680.612 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e doze reais), e estão representados por 32.930.609 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, equivalentes ao total de R\$ 32.930.609 (trinta e dois milhões, novecentos e trinta mil, seiscentos e nove reais) e 3.661.243 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, equivalentes ao total de R\$ 24.750.003 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil e três reais).

##### (b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, conforme a seguir:

	<u>31/12/2024</u>
Base de cálculo para os dividendos a pagar	
Lucro líquido do exercício	96.322.394
Constituição da reserva legal (*)	980.229
Lucro Líquido do exercício após destinação da Reserva Legal	<u>95.342.165</u>
Dividendos mínimos obrigatórios- 25%	<u>23.835.541</u>

(\*) conforme trecho não revogado da Lei nº 6.404, de dezembro de 1976, em seu Art. 193, também exposto em seu Estatuto Social vigente, a Companhia registrou na rubrica de Reserva Legal o montante limitado a 20% de seu capital social.

(d) Juros sobre capital próprio

No Ano de 2024 a Companhia não deliberou o pagamento de juros sobre capital próprio (JCP), deliberou apenas no ano de 2023 com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

Conforme ATA realizada em 15 de dezembro de 2023, registrada na Jucesp em 28 de dezembro de 2023 sob o protocolo 2.995.124/23-0, foi deliberado cálculo com base no Patrimônio Líquido Ajustado de 2022 e 2023, sendo contabilizado como despesas financeiras no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do período.

Segue composição dos juros sobre capital próprio deliberados pela administração em 2023, que se encontram planejados para pagamento em 2025:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023
Demonstrativo do cálculo	
( + ) Total do Patrimônio Líquido ajustado	153.730.996
( x ) Alíquota TJLP a ser utilizada	7,28%
Valor dos juros	11.195.119
Limites de dedutibilidade	58.309.920
Valor máximo dos crédito na data base	11.195.119
Total do IRRF a recolher - alíquota - 15%	1.679.267
Total líquido do JSCP a pagar	9.515.851
	31/12/2023
Total Juros sobre Capital Próprio líquido deliberado no exercício	18.652.489
Total pago	(9.136.638)
Saldo Juros sobre Capital Próprio a pagar	9.515.851

(e) Destinação do lucro líquido

A Administração irá deliberar em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme racional abaixo e premissas estabelecidas em seu Estatuto Social, regidos pelos termos estabelecidos na lei nº 11.638/2007.

	31/12/2024	31/12/2023
Reserva Legal (5%)	980.229	4.046.142
Reserva Estatutária (15%)	14.301.325	11.531.505
Distribuição de Dividendos (25%)	23.835.541	19.219.175
Reserva para investimentos	57.205.299	46.126.020
	96.322.394	80.922.842

25. Receita líquida

A composição das receitas brutas para a receita líquida dos serviços vendidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados no mercado interno	1.454.966.853	1.507.165.843	1.759.549.434	1.520.097.962
Serviços prestados no mercado externo	287.613	-	287.613	-
Vendas de mercadorias mercado interno	-	-	755.921	-
Receita bruta	1.455.254.466	1.507.165.843	1.760.592.969	1.520.097.962
(-) ICMS s/ vendas de serviços	-	-	(90.711)	-
(-) ISS s/ vendas de serviços	(62.052.110)	(57.532.253)	(74.035.621)	(58.118.892)
(-) PIS s/ vendas de serviços	(12.161.913)	(13.745.376)	(14.803.387)	(13.958.756)
(-) COFINS s/ vendas de serviços	(56.097.530)	(63.370.353)	(68.278.865)	(64.353.194)
(-) CPRB s/ vendas de serviços	(65.454.952)	(67.822.463)	(65.541.097)	(67.822.463)
Receita líquida	1.259.487.961	1.304.695.398	1.537.843.288	1.315.844.657

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos incidentes sobre faturamento, são calculados conforme leis tributárias estabelecidas. Dentre os impostos estão o PIS e COFINS cumulativos e não cumulativos, o ISS imposto sobre serviços o qual a alíquota é estabelecida conforme lei complementar de cada município da prestação de serviços e a CPRB contribuição patronal sobre receita bruta na alíquota de 3,6%.

## 26. Custos e despesas

### 26.1. Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(1.093.215.051)	(1.067.774.149)	(1.287.020.075)	(1.076.640.697)
Despesas gerais e administrativas	(87.083.570)	(69.534.919)	(97.573.097)	(69.685.746)
	<u>(1.180.298.621)</u>	<u>(1.137.309.068)</u>	<u>(1.384.593.172)</u>	<u>(1.146.326.443)</u>

### 26.2. Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Com pessoal	(918.732.793)	(896.370.547)	(1.048.839.547)	(905.067.228)
Custo e despesas - Serv. Terceiros	(80.255.988)	(84.576.826)	(89.267.381)	(84.576.827)
Viagens, hospedagens e locomoção	(21.705.509)	(22.081.240)	(25.029.247)	(22.146.199)
Serviços de Informática	(11.741.872)	(11.054.972)	(13.376.600)	(11.134.729)
Aluguel	(3.765.812)	(4.235.002)	(5.314.992)	(4.212.244)
Locação de máquinas, equipamentos e veículos	(46.869.872)	(41.896.171)	(67.636.966)	(41.926.900)
Depreciação e amortização	(10.776.487)	(10.215.181)	(11.288.239)	(10.221.417)
Serviços prestados	(5.421.544)	(8.281.235)	(6.607.132)	(8.368.472)
Manutenção de veículos e frotas	(9.730.803)	(17.685.172)	(32.827.436)	(17.685.332)
Manutenções e reparos	(18.712.469)	(22.812.270)	(24.875.822)	(22.812.277)
Energia elétrica, água e gás	(703.886)	(753.553)	(1.136.036)	(753.553)
Impostos e taxas - diversos	(25.829.529)	(8.126.650)	(26.490.814)	(8.140.062)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(26.172.145)	(9.023.972)	(31.892.616)	(9.055.340)
Resultado financeiro líquido	(303.214)	(220.691)	(438.364)	(221.219)
Outras receitas (despesas) operacionais	423.302	24.414	428.020	(4.644)
	<u>(1.180.298.621)</u>	<u>(1.137.309.068)</u>	<u>(1.384.593.172)</u>	<u>(1.146.326.443)</u>

## 27. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receita financeira</u>				
Aplicação financeira	7.009.628	7.795.653	7.112.064	7.813.528
Descontos obtidos	28.431	19.545	28.432	19.545
Juros ativos	28.122.251	16.545.256	28.129.523	16.546.015
Variação cambial ativa	136.438	8.823	136.437	8.823
PIS sobre receita financeira	(219.450)	(159.892)	(220.118)	(159.995)
COFINS sobre receita financeira	(1.350.459)	(983.943)	(1.354.569)	(984.587)
	<u>33.726.839</u>	<u>23.225.443</u>	<u>33.831.769</u>	<u>23.243.329</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Despesa financeira</u>				
Despesa bancária	(1.030.415)	(293.588)	(1.091.149)	(307.912)
Juros passivos	(38.208.552)	(21.378.557)	(39.207.200)	(21.437.069)
Juros provisão JCP	-	(21.944.105)	-	(21.944.105)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1.016.230)	(1.283.046)	(1.017.583)	(1.283.674)
Variação cambial passiva	(232.273)	(919.524)	(232.273)	(919.524)
Deságio e perdas no recebimento de clientes	(4.999.921)	(6.151.731)	(5.100.106)	(6.160.390)
Mora/ Multa	(35.570)	(1.601)	(35.570)	(1.601)
Juros s/ debêntures	(49.150.415)	(33.206.050)	(49.150.415)	(33.206.050)
Perda com SWAP	(1.143.391)	-	(1.143.391)	-
Outras	(808.061)	(225.785)	(808.060)	(225.788)
	<u>(96.624.828)</u>	<u>(85.403.988)</u>	<u>(97.785.747)</u>	<u>(85.486.113)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(62.897.989)</u>	<u>(62.178.546)</u>	<u>(63.953.977)</u>	<u>(62.242.785)</u>

28. Valor justo de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a baixo e, no entendimento da administração da Companhia, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Caixa e bancos	Custo amortizado	34.594.799	65.492.756	35.527.237	66.725.189
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	74.779.975	73.348.753	75.364.073	73.515.989
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	509.776.445	672.118.961	690.879.801	496.368.599
Adiantamentos	Custo amortizado	266.992.061	21.941.881	270.278.524	24.895.447
Partes relacionadas	Custo amortizado	385.357.555	235.736.031	381.154.800	231.706.145
		<u>1.271.500.835</u>	<u>1.068.638.382</u>	<u>1.453.204.435</u>	<u>893.211.369</u>

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	31.314.997	30.539.571	43.867.288	30.600.932
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	730.017.258	352.489.230	780.628.461	352.489.230
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	117.248	-	117.248	-
Adiantamentos	Custo amortizado	52.743.871	52.427.978	66.582.983	52.712.890
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.051.468	3.172.272	3.100.563	4.191.624
Partes relacionadas	Custo amortizado	12.377.001	59.782	-	-
		<u>828.621.842</u>	<u>438.688.832</u>	<u>894.296.542</u>	<u>439.994.676</u>

## 29. Risco de mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

### 29.1. Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados para o exterior ou aumentem valores decorrentes da aquisição de insumos importados.

Para minimizar este risco, a Companhia monitora as exposições e gerenciam o risco avaliando a necessidade ou não da utilização de instrumentos financeiros de proteção cambial (Derivativos).

### 29.2. Instrumentos financeiros derivativos

Com o objetivo de proteção as variações de indexadores inerentes ao mercado, afim de realizar a captação de recursos para adequação as necessidades operacionais de fluxo de caixa, a Companhia optou por realizar uma captação de recursos com o valor nocional de R\$ 26.000.000 (vinte e seis milhões de reais), vinculado ao instrumento de SWAP de taxa (CDI) designado para o travamento de taxa como proteção a variação cambial do CDI, a qual a Companhia não adota a política de "hedge accounting", porém classifica tal instrumento inicialmente como valor justo pelo resultado, monitorando sempre variações positivas ou negativas que sejam relevantes, de forma a reavaliar, caso necessário, em atendimento às premissas estabelecidas no CPC 48 - instrumentos financeiros.

Abaixo, seguem demais informações do instrumento derivativo vigente e sua respectiva movimentação na controladora, única empresa que detém tais instrumentos até o momento:

<u>Tipo de operação</u>	<u>Moeda</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador Ativo / Passivo</u>	<u>Valor nocional</u>
SWAP CDI	R\$	30/01/2024	01/02/2027	12% a.a. / CDI + 6% a.a.	26.000.000
		<u>Ponta ativa</u>	<u>Ponta passiva</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Efeito total acumulado no resultado</u>
		247.864	365.182	117.248	Ganho ou perda operação (1.143.391)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>Controladora</u>
	<u>31/12/2024</u>
Variações instrumentos de Hedge	1.143.461
(-) Liquidações	<u>(1.026.143)</u>
	<u>117.318</u>

### 29.3. Análise de sensibilidade

Conforme instrução CVM nº 475/08 e CPC 40 (R1) (IFRS 7), a Companhia, para fins de análise de sensibilidade dos riscos de mercado, analisa conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais fatores de riscos que afetam a precificação dos seus instrumentos financeiros, basicamente representados por variações de índices de inflação (IPCA) e variação de taxa de juros (CDI).

Os cenários para esses fatores são elaborados a partir de fontes de mercado e outras fontes relevantes, de acordo com as políticas da Companhia.

PROGEN S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade, abaixo avaliado pelo consolidado:

	Nota	31/12/2024	CDI	IPCA	Sem indexador
Caixa e bancos	10	34.594.799		-	34.594.799
Aplicações Financeiras	10	75.364.073	75.364.073	-	-
Contas a receber	11	690.879.801	-	-	690.879.801
Partes relacionadas	22	381.154.800	381.154.800	-	-
Total ativos com riscos financeiros		<u>1.181.993.474</u>	<u>456.518.873</u>	<u>-</u>	<u>725.474.600</u>
Empréstimos e financiamentos	18	(780.628.461)	(773.650.893)	(6.977.568)	-
Arrendamentos a pagar	19	(10.190.435)	(10.190.435)	-	-
Fornecedores		(43.867.288)	-	-	(43.867.288)
Total ativos com riscos financeiros		<u>(834.686.184)</u>	<u>(783.841.328)</u>	<u>(6.977.568)</u>	<u>(43.867.288)</u>
Total ativos e passivos com riscos financeiros		<u>347.307.289</u>	<u>(327.322.455)</u>	<u>(6.977.568)</u>	<u>681.607.312</u>

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	5,88	8,83	11,77	14,71	17,65
IPCA	2,42	3,62	4,83	6,04	7,25

Ativos e passivos líquidos	31/12/2024	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 25%
CDI	(327.322.455)	(19.259.631)	(28.889.446)	(38.519.262)	(48.149.077)	(57.778.893)
IPCA	(6.977.568)	(168.553)	(252.830)	(337.107)	(421.384)	(505.660)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para os ativos imobilizados, cobertura está considerada suficiente pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto.

Resumo de seguro por modalidade	<u>Cobertura</u>
Risco de construção, fornecimento ou prestação de serviços	567.383.000
Responsabilidade civil e danos ambientais	59.911.803
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>627.294.803</u>

Dada a sua natureza, coberturas de seguros não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

31. Informações complementares

Composição do EBTIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.637.556	123.936.287	116.306.925	124.456.085
Resultado financeiro líquido	(62.897.989)	(62.178.545)	(63.953.978)	(62.242.784)
Depreciação e amortização	<u>(12.629.974)</u>	<u>(10.231.486)</u>	<u>(13.141.754)</u>	<u>(10.237.722)</u>
EBITDA	<u>178.165.520</u>	<u>196.346.318</u>	<u>193.402.657</u>	<u>196.936.591</u>

32. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2025 a Companhia ingressou em um novo investimento, a Empresa Concessionária Campo de Marte SPE S.A., no qual possui participação como coligada no contrato de licitação 001/SVMA/2025 que obteve a concessão do Parque Municipal Campo de Marte, localizado no município de São Paulo/SP, no qual poderá explorar e será responsável pela administração do complexo durante a vigência estabelecida de 35 anos.

Desde 01 de janeiro de 2025, através das alterações trazidas pela Lei 14.973/2024 que modificou a Lei 12.546/2011, estabelecendo a reoneração gradual da folha de pagamentos a partir de 2025 a 2027, a Progen S.A e sua subsidiária integral Progen Manutenção Ltda, pelo fato estarem enquadradas na desoneração, passam a recolher as alíquotas de 3,6% sobre seus faturamentos e 5% de Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) sobre a folha de pagamento, face a alíquota anterior de 4,5% sobre o faturamento, como ano inicial da fase de transição tributária.